

Termo de Referência 50/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
50/2024	533013-SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	EDIMIR BARBOSA DA COSTA JUNIOR	12/12/2024 16:39 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	22/2024	59004.001506/2024-24

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 O objeto trata-se de uma eventual Contratação de serviços de substituição de equipamentos de transporte vertical 02 dois (elevadores), com desmontagem dos equipamentos atuais instalados e desfazimentos dos materiais, adequação dos poços e fornecimento/instalação dos novos elevadores, o objeto deverá ser adquirido por meio da modalidade de Licitação pregão na sua forma eletrônica, utilizando procedimento auxiliar do tipo SRP (Sistema de Registro de Preços) nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 Os objetos deste pregão estão discriminados abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme Tabela I abaixo:

TABELA I- ESPECIFICAÇÃO BÁSICA DOS ELEVADORES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aquisição e instalação de elevador elétrico, incluindo mão-de- obra, ferramentas equipamentos e materiais necessários, com elaboração de projeto executivo, Além da desmontagem dos equipamentos atuais que se encontram desativados, desfazimento, adequação dos poços e fornecimento/instalação dos novos elevadores conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, para atender a necessidades da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.(Sudam) para os blocos A e B do complexo predial.	serviço	02	R\$234.950,59	R\$469.901,18

1.5 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.6 O prazo de vigência do contrato decorrente deste Termo de Referência **será em até 12 (doze) meses** para a aquisição e instalação dos elevadores, projeto executivo e desfazimento, contados da sua assinatura, em conformidade com os Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8 A presente contratação adotará como regime de execução contratação será efetivada mediante a **utilização do critério de julgamento de “Menor preço global”**, visando o adequado gerenciamento do fornecimento dos equipamentos com instalação inclusa.

1.9 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133.

1.10 Foi utilizado modelos padronizados da AGU, servindo de base para confecção deste TR, <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/pregao-e-concorrencia>

1.11 Haverá vedação à participação de cooperativas. A justificativa se encontra No ETP.

1.12 Não será admitida a participação de consórcios, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões, e dada as características do mercado, as empresas interessadas podem, de forma isolada, atender as condições e os requisitos de habilitação previstos neste Edital e posteriormente fornecer o objeto. A vedação à participação de consórcio nesta situação, não acarretará prejuízo a competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio. Ademais, a formação de consórcio poderá acarretar risco de dominação do mercado através de pactos o que prejudica a livre competição entre os interessados. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços/aquisições comuns, perfeitamente pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

1. ID PCA no PNCP: 09203665000177-0-000001/2024
2. Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
3. Id do item no PCA: 173 e 174
4. Classe/Grupo: 546-Serviços de Instalação

Identificador da Futura Contratação:533013-22/2024.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

CRITÉRIOS DOS SERVIÇOS

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis* :

4.2 Todos os serviços de desmontagem e desfazimento do transporte vertical das sucatas (Elevadores antigos) dos equipamentos existentes serão realizados pela CONTRATADA sem custos adicionais para a CONTRATANTE, armazenando-as provisoriamente no local indicado pela fiscalização e de preferência em container, para depois realizar o desfazimento apropriado.

4.2.1 Com relação à gestão de resíduos, a Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;

Subcontratação

4.3 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.3.1 É vedado a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em fornecimento e instalação do equipamento (elevador)

4.3.2 A subcontratação fica limitada a execução dos serviços de adequação civil do poço relacionados tanto a instalação da máquina como o retoques que serão necessários após a sua conclusão, pintura do passadiço, reenquadramento dos portas de pavimentos, ou seja, todos os serviços civis relacionados a instalação dos equipamentos.

4.3.3 A contratada ficará responsável por qualquer serviço de adequação civil relacionado a instalação e desinstalação dos equipamentos.

4.3.4 Não será permitido em hipótese nenhuma utilizar **serviços de soldagem** nos braquetes de fixação das guias e nem nas bases da máquina de tração.

4.3.5 Na instalação estão incluídos : rasgos em alvenaria, enchimento dos rasgos, passagens de tubulações embutidas e aparentes, realização de furos em concreto, chumbamentos de portas em alvenaria com demolições, instalações de quadros embutidos ou aparentes, concretagem da base das molas no fundo do poço do elevador, concretagem do piso de fundo do poço, escavação, nivelamento e compactação do fundo do poço. Se necessária qualquer intervenção estrutura como retirada de vigas ao longo da caixa de corrida e novas furações na laje da casa de máquinas, estas deverão ter chancela e ART do Engenheiro Civil responsável pelo serviço.

4.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.

Garantia da contratação

4.4 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições d escritas nas cláusulas do contrato.

4.5 Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação .

Vistoria

4.8 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta -feira, das 09:30 hs às 16:30 hs e sexta- feira das 08:00 hs às 11:00 hs., contatos deverão ser realizados através do telefone (91) 4008- 5709 email: edimir.junior@sudam.gov.br.

4.9 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado , apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.11 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.12 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

MANUAIS E CERTIFICADOS DE GARANTIA

4.13 A CONTRATADA entregará, na ocasião da vistoria para fins de recebimento provisório, os manuais de operação e manutenção dos equipamentos e sistemas e o certificado de garantia de 2 anos.

4.14 Os manuais devem estar redigidos em português e conter as seguintes indicações: descrição do produto, características operacionais, códigos de falha e as ações corretivas em cada caso, exigências para instalação, capacidade, nome do fabricante, modelo/referência e o programa/plano de manutenção preventiva.

4.15 Os manuais no qual fazemos referência, são manuais de operação, de controle ,e de ajuste do sistema com as programações dos elevadores inclusas e com todas as informações pertinentes para manutenções futuras da equipe de manutenção, inclusive com informações dos principais códigos de falha e sua ação corretiva.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Início da execução do objeto: de acordo com a Tabela 02 - ETAPAS DO CRONOGRAMA FÍSICO.

5.1 Os Bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Almirante Barroso, nº 1113 – Marco, Belém-PA. CEP: 66093-082. Setor de Almoxarifado ou outro local indicado pela administração

5.2 Os serviços a serem executados são: levantamentos de dados /medidas do poço, elaboração do projeto, fabricação dos elevadores, desmontagem dos elevadores atuais, adequação civil dos poços e das portas de pavimento, montagem dos elevadores , finalização da adequação civil, comissionamento dos equipamentos e entrega.

5.3 A empresa contratada assumirá a manutenção do elevador durante o período de vigência do contrato e no período de garantia dos serviços executados e equipamentos fornecidos, com o objetivo de garantir uma única responsabilidade civil e técnica sobre o elevador.

Dimensões existentes na Caixa de corrida:

- Largura: 1750 mm
- Profundidade: 1450 mm
- Última altura: 4650 mm
- Profundidade do Poço: 1500 mm

5.4 As medidas especificadas do elevador são estimativas, podendo ser aceitas mínimas variações para mais ou para menos, desde que não comprometa a performance final do equipamento.

5.5 A Tabela 01, a seguir, apresenta as informações acerca dos elevadores que serão instalados.

ELEVADORES ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA

ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA		QUANTIDADE
CARACTERÍSTICAS GERAIS		02
TIPO	ELEVADOR DE TRAÇÃO	
Capacidade (kg) / Número de pessoas	375KG E /OU 05 PASSAGEIROS	
Velocidade (m/s)	60m/min	
Número de paradas:	4 (T, 1, 2º, 3ºandar)	
Percurso	até 9500 mm	
Tipo de entrada	Unilateral	
Tipo de Abertura de Porta	Abert. Lat. Direito	
Porta de andar e cabine	800x 2000 mm	
Acionamento	Máquina de tração sem engrenagem acionada por motor de corrente alternada com V. V.V.F. (Variação de Voltagem e Variação de Frequência)	
Localização da máquina de tração:	Na caixa de corrida (sem casa de máquinas)	
Comando:	Automático coletivo seletivo na subida e na descida	
Alimentação elétrica disponível	220 vac, 60hz, trifásico	

ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	
CABINA	
Tipo	Em aço escovado 430
Painéis	Em aço inox escovado
Subteto	Em aço inox escovado
Espelho Superior no Fundo	Posicionado na metade superior do painel de fundo da cabina.
Guarda corpo	Na lateral e no fundo cromado
Barreira	Infravermelha para interrupção de fechamento de Porta
Ventilação	Sistema de ventilação instalado no teto da cabina.

PAVIMENTO	
Indicador de Pavimento	Acoplado na boteira
Acabamento da Portas	Inox Marco largo
Posição da Botoeira	Boteira acoplada no Marco
Posição do Indicador	Indicador acoplado na Boteira

5.6 Registre-se que nas especificações do bem acima, são referenciais, dentro da necessidade de padronização, adequação e de qualidade, sendo que a Administração aceitará modelos com características iguais ou superiores ao indicado.

5.7 A contratada deverá adequar os elevadores que serão instalados, a nova **Norma NBR 16858** em vigor, que é a norma brasileira que regula a segurança na construção, instalação, operação e manutenção de elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas.

Adicionais exigidos:

- Limitador de velocidade
 - As dimensões da cabina devem comportar o transporte de passageiros em cadeira de rodas, de acordo com a legislação vigente.
 - Máquinas de tração sem engrenagem
 - Detector de sobrecarga na cabina (pesador de carga), impedindo a partida do elevador em caso de excesso de peso.
 - Intercomunicador
 - alarme na cabine
 - Comando de emergência Bombeiros
 - Resgate automático
 - Aviso sonoro de subida e descida,de identificação dos pavimentos, de abertura e fechamento de porta.
 - Infraestrutura e cabeamento para câmera de monitoramento CFTV
 - Botoeira da cabina com botões iluminados, sinalização em braille.
 - Piso da cabina com acabamento antiderrapante
 - central telefônica: sistema de comunicação interligando a cabina
 - SISTEMA DE GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO
- Deverá ser fornecido e instalado um sistema de gerenciamento e supervisão de tráfego, composto por "hardware" e "software", que possibilite total acompanhamento e monitoramento dos elevadores.Esse sistema, entre outras funções, deverá permitir a: Visualização do status do elevador, sentido de viagem, chamadas de pavimento, ordens de cabina, estados das portas, defeitos e avisos;

Emissão de relatórios de performance para cada elevador..

Emissão de relatórios periódicos de falhas;

O sistema de gerenciamento e supervisão deverá possibilitar a emissão de informações remotas a serem absorvidas pelo sistema de supervisão predial do Ed. Sede (Bloco "C").

Cronograma de realização dos serviços.

5.8 Os serviços serão prestados no seguinte horário: de segunda a sexta feira das 08:00 às 17:00 horas.

5.9 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições, conforme tabela 02.(dias corridos)

Tabela 02 - ETAPAS DO CRONOGRAMA FÍSICO

Etapa	Serviço	Prazo de Execução	Observação
1	Projeto Executivo	40 (quarenta dias)	Contado a partir da assinatura do contrato
2			

	Desinstalação e desfazimento dos elevadores Social I do bloco A e do bloco B e entrega dos Elevadores.	80(Oitenta dias)	Contado a partir da entrega do Projeto executivo. Serviços de desinstalação e Aquisição concomitantes.
3	Instalação dos elevador Social I do bloco B. Com adequação civil dos poços, portas de pavimento, Finalização da adequação civil e elétrico	40 (Quarenta) dias	Contado a partir da entrega do elevadores.
4	Testes e comissionamento do Elevador Social I bloco B	10(Dez dias)	Contados a partir da entrega definitiva do Elevador Social I do bloco B.
5	Instalação dos elevadore Social I do bloco A. Com adequação civil dos poços, portas de pavimento, Finalização da adequação civil e elétrico	40(Quarenta dias)	Contados a partir dos Testes e comissionamento do Elevador Social I bloco B.
6	Testes e comissionamento do Elevador Social II bloco A.	10(Dez dias)	Contados a partir da entrega definitiva do Elevador Social I do bloco A.

5.10 Caso não seja possível a entrega nos prazos acordados, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.11 Os serviços de manutenção preventiva e coretiva serão contratados durante o processo de instalação dos equipamentos novos.

5.12 Como o presente termo é um registro de preços, poderá haver mudanças no cronograma, caso a Autarquia opte por adquirir somente uma unidade dentro do período de validade da ata. Portanto, conforme necessidade da administração, o cronograma definitivo será definido no ato da contratação.

5.13 Todos os custos com armazenagem, entulho, transporte e remanejamento da sucata (Elevadores antigos) ficarão a cargo da CONTRATADA. demolição e remoção.

5.13.1 A sucata (Elevadores antigos) não possuem valor econômico para sudam, devendo a empresa contratada dar a destinação correta, após sua retirada.

5.14 Os locais onde estiverem ocorrendo a desinstalação deverão estar devidamente isolados e identificados, de maneira oferecer o máximo de segurança aos profissionais executantes da atividade e o público geral, visto que a Instituição estará em pleno funcionamento.

5.15 Após a assinatura do CONTRATO, a CONTRATADA deverá elaborar o Projeto Executivo necessário para implementação do novo sistema. O Projeto Executivo deverá ser entregue em até 40 (quarenta) dias corridos após a assinatura do CONTRATO, tendo a Fiscalização 5 (cinco) dias corridos para verificação e emissão do Recebimento Provisório e a CONTRATADA 10 (dez) dias corridos para implementar as modificações indicadas pela Fiscalização.

5.16 O serviço de instalação dos elevadores inclui preparação, eventuais obras civis e montagem das máquinas.

5.17 Antes de entrar em serviço, os elevadores devem ser inspecionados e ensaiados, no período de comissionamento, para verificar a conformidade com a nova norma NBR 16858. Essas inspeções e ensaios devem ser realizados de acordo com a referida norma.

5.18 É de responsabilidade da CONTRATADA a recomposição de toda e qualquer área afetada em consequência do desenvolvimento dos trabalhos de instalação (pisos, alvenarias, concretos, instalações em geral, etc.), conforme padrão de acabamento existente.

5.19 A CONTRATADA deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), antes do início dos serviços de desinstalação dos equipamentos, para os serviços relacionados à desinstalação e instalação dos elevadores.

Rotinas a serem cumpridas

5.20 A execução contratual observará as rotinas em anexo. Materiais a serem disponibilizados Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.21 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no *Guia Nacional de Contratações Sustentáveis* :

5.22 Todos os serviços de desmontagem e transporte vertical e horizontal das sucatas dos equipamentos existentes serão realizados pela CONTRATADA sem custos adicionais para a CONTRATANTE, armazenando-as provisoriamente em local indicado pela fiscalização, e de preferência em container para depois a contratada dar o destino final adequado.

5.23 A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste Termo de Referência, observando os critérios dispostos nos seguintes documentos:

- Normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)
- Normas do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- Normas internacionais consagradas;
- **NBR 16858 - Regula a segurança na construção, instalação, operação e manutenção de elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas.**
- NBR 5666 - Elevadores Elétricos - Terminologia;
- NBR 5665 - Cálculo de tráfego nos elevadores;
- NBR IEC 62271-102 - Seccionadores e Chaves de Aterramento;
- NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- NBR IEC 60439-1 - Conjuntos de Manobra e Controle em Baixa Tensão;
- NBR 9050 - Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos;
- NBR 313 - Elevadores de passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação - Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- NBR 15.595 - Requisitos de segurança para a construção e instalação de elevadores - Elevadores existentes - Requisitos para melhoria da segurança dos elevadores elétricos de passageiros e elevadores elétricos de passageiros e cargas;
- NR 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- NR 5 - Comissão interna de Prevenção de Acidentes - CIPA;
- NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- NR 10 - Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR 17 - Ergonomia; e
- NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.

GARANTIA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.24 O prazo de garantia contratual dos bens, será de 02 (dois) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.25 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.26 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.27 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias, resolução de falhas com código de erros apresentados pela máquina.

5.28 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.29 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito no **prazo de até 30 dias úteis**, contados a partir da data de retirada das peças das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

5.30 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

5.31 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.32 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.33 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.34 A empresa contratada deverá ser a responsável por toda a comunicação com a assistência técnica autorizada, devendo somente comunicar ao gestor e fiscal técnico os andamentos dos serviços em caso de apresentação de defeitos dentro do período de garantia.

5.35 Caso seja necessário a retirada da máquina de tração, componentes, peças devido a algum problema técnico, todos os custos de desinstalação e reinstalação correrão por conta da contratada.

5.36 Os chamados de manutenção dentro do período de garantia serão realizados via email, com a abertura de ordem de serviço pelo sistema OS TICKET, o prazo para atendimento dos chamados é de 01 dia útil após o envio da comunicação.

ta pela contratada dentro do período de garantia do equipamento

5.37 Todas as peças e materiais a serem empregados nos serviços de manutenção devem ser itens originais ou similar, recomendados pelo fabricante, de primeiro uso, não reconicionados, não remanufaturados, não reaproveitados e devem estar em perfeitas condições, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de recusar qualquer material ou produto que apresente indício de ser reconicionado ou reaproveitado.

5.38 As peças substituídas dentro do período de garantia deverão ter garantia pelo prazo mínimo de 1(um) ano.

- **SISTEMA DE GERENCIAMENTO E SUPERVISÃO**

5.39 Deverá ser fornecido e instalado um sistema de gerenciamento e supervisão de tráfego, composto por "hardware" e "software", que possibilite total acompanhamento e monitoramento dos elevadores.

5.40 Esse sistema, entre outras funções, deverá permitir a: Visualização do status do elevador, sentido de viagem, chamadas de pavimento, ordens de cabina, estados das portas, defeitos e avisos;

5.41 Emissão de relatórios de performance para cada elevador, Emissão de relatórios periódicos de falhas;

5.42 O sistema de gerenciamento e supervisão deverá possibilitar a emissão de informações remotas a serem absorvidas pelo sistema de supervisão predial do Ed. Sede (Bloco "C").

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.8 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.9 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.21 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios , conforme o cronograma físico- financeiro.

Etapa	Serviço	Prazo de Execução	Observação
1	Projeto Executivo	40 (quarenta dias)	5% após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo do Projeto Executivo, mediante apresentação da Nota Fiscal.
2	Desinstalação e desfazimento dos elevadores Social I do bloco A e Social I do bloco B e entrega dos Elevadores.	80(Oitenta dias)	40% (Quarenta por cento) após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente a desinstalação e desfazimento dos Elevadores Social I do bloco A e Social I do bloco B e fornecimento dos Elevadores, mediante apresentação da Nota Fiscal.
3	Instalação dos elevador Social I do bloco B. Com adequação civil dos poços, portas de pavimento, Finalização da adequação civil e elétrica	40 (Quarenta) dias	20 % (vinte por cento) após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente à instalação do Elevadore Social I bloco B.
4	Testes e comissionamento do Elevador Social I bloco B	10(Dez dias)	7,5% do Valor contratual relacionados ao item 1 do objeto contratual.
5	Instalação dos elevadores Social I do bloco A .Com adequação civil dos poços, portas de pavimento, F inalização da adequação civil e elétrica	40(Quarenta dias)	20 % (vinte por cento) após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente à instalação do Elevador Social I bloco B.
6	Testes e comissionamento do Elevador Social I bloco A.	10(Dez dias)	7,5% do Valor contratual. relacionados ao item 1 do objeto contratual.

Do recebimento

7.2 Os serviços individualmente serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.8 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.10 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.11 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.12 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13 Os serviços individualmente serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade de serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.13.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.13.2 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.13.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.13.4 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto no instrumento de cobrança.

Liquidação

7.16 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.17 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade (5 dias úteis), mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.18 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.18.1 o prazo de validade;

7.18.2 a data da emissão;

7.18.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.18.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.18.5. o valor a pagar; e

7.18.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.19 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.20. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.21 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.22 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.23 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.24 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.25 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.26 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.27 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA.

Forma de pagamento

7.28 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente

7.32 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.33 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.34 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.35 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.36 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.37 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.38 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

8.2 O regime de execução do contrato será por empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A2]

8.5 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A3]

8.8 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A6]

Qualificação Econômico-Financeira

8.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.22.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.23 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo **de até 10% do valor total estimado da contratação.**

8.24 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Vistoria Técnica

8.26 Declaração que o Licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.27 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e das peculiaridades da contratação

Qualificação Técnica

8.28 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA_PA (Conselho Regional de Engenharia do Pará) em plena validade

8.29 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínima de fornecimento de 01 Elevador , a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.31 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.32 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 469.901,18

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação **é de R\$ 469.901,18** (quatrocentos e sessenta e nove mil novecentos e um reais e dezoito centavos) **para a aquisição, instalação, desinstalação e desfazimento de 02 elevadores.**

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2 Considerando que o pregão destina-se ao registro de preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização da contratação, de acordo com o art. 17, do Decreto nº 11.462 /2023.

10.3 As informações contidas neste Termo de Referência não se enquadram como sigilosos, não necessitando de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDIMIR BARBOSA DA COSTA JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/12/2024 às 16:39:45.